

Vol 9, Núm 1, jan-jun, 2025, pág. 325-341

## DEFICIÊNCIA VISUAL: POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS, ENSINO E PRÁTICAS DOCENTES EM SALAS REGULARES

### Discapacidad Visual: Políticas, Estrategias, Enseñanza y Prácticas Docentes en Aulas Regulares

Marceli Damasceno Rodrigues<sup>1</sup>  
Jusiany Pereira da Cunha dos Santos<sup>2</sup>  
Eliane Regina Martins Batista<sup>3</sup>  
Eulina Maria Leite Nogueira<sup>4</sup>

#### RESUMO

A temática da educação inclusiva avança e segue sendo objeto de reflexões abrangentes no âmbito do ensino, principalmente, no que se refere às práticas exercidas no cotidiano escolar. Com esta finalidade, este trabalho tem por objetivo analisar as produções científicas selecionadas por estarem relacionadas à deficiência visual e às práticas do ensino inclusivo. A efetivação da educação inclusiva é importante, sendo respaldada por leis que a asseguram, porém, efetivamente essas leis não são cumpridas como proposto. As escolas com alunos inclusos enfrentam grandes barreiras, nas quais se destacam as principais temáticas discutidas: a formação profissional e a prática na sala regular e no AEE. O trabalho teve como método a revisão bibliográfica integrativa, que permitiu analisar, refletir e averiguar os materiais selecionados, discutindo os pontos primordiais do ensino inclusivo. A partir dessas análises, constatou-se que muitas são as dificuldades enfrentadas no ensino inclusivo, destaca-se a adaptação do ambiente escolar, baixo investimento na formação contínua dos docentes e o acesso de recursos assistivos e adequados. Esses pontos são cruciais para o desenvolvimento integral do aluno, e sua escassez evidencia o descompasso da realidade educacional.

**Palavras-chave:** Deficiência Visual; Inclusão; Práticas; Ensino Regular; Docente.

#### RESUMEN

La temática de la educación inclusiva avanza y sigue siendo objeto de reflexiones amplias en el ámbito de la enseñanza, especialmente en lo que se refiere a las prácticas ejercidas en el día a día escolar. Con este fin, este trabajo tiene como objetivo analizar las producciones científicas seleccionadas por estar relacionadas con la discapacidad visual y las prácticas de la enseñanza inclusiva. La efectividad de la educación inclusiva es importante, respaldada por leyes que la aseguran; sin embargo, efectivamente estas leyes no se cumplen como se

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH) da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: [marceli.rodriques@ufam.com.br](mailto:marceli.rodriques@ufam.com.br), Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-8620-9716>

<sup>2</sup> Doutora em Educação em Ciências e Matemática pela Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Professora de Magistério Superior na Universidade Federal do Amazonas: Humaitá, Am (UFAM). E-mail: [Jusiany.santos@ufam.edu.br](mailto:Jusiany.santos@ufam.edu.br), Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9054-5546>

<sup>3</sup> Doutora em Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Professora de Magistério Superior na Universidade Federal do Amazonas: Humaitá, Am (UFAM). E-mail: [eliane\\_rm@ufam.edu.br](mailto:eliane_rm@ufam.edu.br), Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6018-7140>

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Magistério Superior na Universidade Federal do Amazonas: Humaitá, Am (UFAM). E-mail: [culinanog@hotmail.com](mailto:culinanog@hotmail.com), Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>

propone. Las escuelas con alumnos incluidos enfrentan grandes barreras, en las cuales se destacan las principales temáticas discutidas: la formación profesional y la práctica en el aula regular y en el AEE. El trabajo tuvo como método la revisión bibliográfica integrativa, que permitió analizar, reflexionar y verificar los materiales seleccionados, discutiendo los puntos primordiales de la enseñanza inclusiva. A partir de estas análisis, se constató que son muchas las dificultades enfrentadas en la enseñanza inclusiva, destacándose la adaptación del ambiente escolar, bajo inversión en la formación continua de los docentes y el acceso a recursos asistenciales y adecuados. Estos puntos son cruciales para el desarrollo integral del alumno, y su escasez evidencia el desajuste de la realidad educativa.

**Palabras clave:** Deficiencia Visual; Inclusión; Prácticas; Enseñanza Regular; Docente.

## INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental para a possibilidade da construção de oportunidades equitativas e justas, no qual a diversidade é valorizada, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades do aluno com deficiência. A educação é um direito garantido a todos, devendo ser desenvolvida, em um ambiente que efetivem práticas importantes no ensino-aprendizagem do aluno. Nesse contexto, a deficiência visual representa um dos desafios enfrentados na efetivação da inclusão no ambiente escolar. O cumprimento de políticas e estratégias eficazes é essencial para garantir que alunos com deficiência visual tenham acesso a uma educação de qualidade em salas regulares, integrando-os ao processo educativo.

Neste processo, o ator principal é o profissional atuante na sala regular de ensino, conhecido como professor titular da turma, ou, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sabe-se que o profissional presente em sala está ali imerso no processo de ensino cotidiano do aluno, ele verifica cada passo do processo, isso exige constante reflexão dos conhecimentos existentes para favorecer o ensino inclusivo.

A inclusão é um desafio, e quando o profissional não possui um conhecimento específico as problemáticas do ensino se intensificam. Outras barreiras também surgem, podendo ser descritas como o baixo investimento ou sua inexistência dele, estruturas precárias, falta de recursos, materiais assistivos, falta de acesso a tecnologias e TICs, por fim a rigidez em adaptar o currículo, planejamentos e avaliações aos alunos inclusos. Todas essas problemáticas batem de frente com o avanço da educação inclusiva.

Desta forma este trabalho propõe descrever através da revisão bibliográfica integrativa as políticas e estratégias voltadas à educação de alunos com deficiência visual, analisando os

aportes legais e práticas pedagógicas no contexto escolar. Através de uma análise crítica, o artigo visa identificar as melhores práticas e os principais desafios enfrentados no processo de inclusão, contribuindo para a melhoria contínua das práticas educacionais e para o avanço da inclusão escolar.

### **BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

A educação inclusiva conceitua-se como um modelo pedagógico e social que visa garantir acesso e permanência à educação, seja ela no ensino regular ou no atendimento especializado para todos os indivíduos, independentemente de suas características ou necessidades específicas.

No contexto educacional, a educação inclusiva manifesta-se nas práticas adotadas e inseridas nas aulas visando o aprendizado dos alunos sem discriminação ou segregação. Assim, a prática inclusiva é uma construção complexa, histórica e social que conquistou notoriedade e a cada dia se intensifica, junto com a inserção dos alunos com deficiências ou transtornos globais nas escolas regulares. Sua prática, historicamente, tem o desafio de responder às necessidades nos diferentes contextos políticos e sociais, e a não tão recente inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares tem exigido respostas aos alunos, professores e à sociedade Lemos (2019).

Assim como a educação regular, a inclusiva carrega a mesma base, dos quatro pilares da educação mencionada por Delors (1998): aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser. Assim, a inclusão não se limita somente ao acesso físico à escola, mas também à garantia de condições que favoreçam o aprendizado, promovendo autonomia, desde que suas necessidades sejam respeitadas e supridas.

No Brasil a educação inclusiva é respaldada e amparada por leis, decretos e legislações, que visam a assegurar o direito da pessoa com deficiência. O marco inicial para a educação inclusiva no Brasil foi a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. O mesmo foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que, em seus artigos 58 e 59, trata da educação especial e da garantia de acesso e permanência na escola aos alunos com deficiência,

consolidando a obrigação do sistema educacional em prover atendimento educacional especializado (AEE) dentro das escolas regulares, promovendo a integração desses estudantes no ambiente escolar comum Brasil (1996). Outro marco importante a ser ressaltado foi a promulgação da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que reforça o direito à educação inclusiva e estabelece medidas para garantir a igualdade de oportunidades. Além disso, o Decreto nº 7.611/2011 regulamenta o atendimento educacional especializado, garantindo recursos e apoios necessários para a inclusão escolar.

Houve muitos marcos que constituíram a efetivação voltado à educação inclusiva; porém, mesmo com todos os esforços, ainda existe um descompasso nas práticas escolares inclusivas. Mesmo com muitos avanços no campo legal e conceitual, a implementação no Brasil enfrenta desafios. A precariedade se estende desde a oferta de propostas educativas que atendam às especificidades dos alunos, às estruturas da instituição, ao material didático e investimento no profissional atuante na educação.

O cotidiano escolar inclusivo exige adaptações curriculares, ambientes acessíveis, formação docente contínua, tecnologias assistivas, um aparato que dará suporte para sua efetivação. É necessário continuar a evolução da inclusão, para Mantoan (2015, p. 20), as ações educativas “têm como eixo o convívio das diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída nos coletivos das salas de aula”. Compreende-se que é necessário mudanças nas ações inclusivas, como descreve Mittler (2003) a inclusão se inicia quando são reconhecidas as especificidades humanas, valorizando as suas particularidades e como a educação colabora no processo dessa pessoa, permitindo a participação dos sujeitos independentemente de suas limitações. Assim a compreensão dos marcos, normativas e leis, atrelados ao aperfeiçoamento da prática educacional, fornece estrutura ao ensino incluso, possibilitando melhorias ao processo de ensino e de aprendizagem do cenário inclusivo.

## **EDUCAÇÃO DA PESSOA DEFICIENTE VISUAL**

A deficiência visual é uma condição que se define pela perda total ou parcial da visão, classificando-se em cegueira ou baixa visão. De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), essa portaria estabelece:

§ 1º Considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira.

§ 2º Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20º no melhor olho com a melhor correção óptica (categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10) e considera-se cegueira quando esses valores encontram-se abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10º (categorias 3, 4 e 5 do CID 10). Brasil (2008).

No contexto educacional, essas condições impactam o processo educacional do estudante com deficiência visual, exigindo adaptações que favoreçam a participação das aulas e exercício pleno das atividades escolares, sendo necessário compreender a deficiência visual em uma perspectiva educacional inclusiva. Como destaca Bezerra (2020) "a educação de alunos com deficiência visual requer adaptações específicas nos métodos de ensino e nos materiais didáticos para garantir o acesso igualitário ao conhecimento".

Para a efetivação do ensino inclusivo, alguns paradigmas têm que ser perpassados, como descreve Mantoan:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. Mantoan (2015, p. 31):

O processo educacional é complexo para os alunos deficientes visuais, e há necessidade de muitas modificações e adaptações para a execução do ensino. Atualmente muitos aparatos auxiliam nas questões da educação do aluno com cegueira e baixa visão, métodos que viabilizam o ensino. Destaca-se que a modificação curricular as novas propostas de ensino e planejamentos inclusivos potencializam as práticas auxiliando a evidenciar as potencialidades e a possibilidade de superação das barreiras dos discentes. Acrescenta-se o uso de recursos assistivos que auxiliam na construção do ensino, como os auxílios ópticos e

não ópticos, recursos de tecnologia assistiva e TICs, que são grandes aliadas para o público deficiente visual.

As mudanças influenciam no processo de formação do indivíduo, por isso é necessário repensar a educação para o estudante atípico.

Na perspectiva da inclusão, as escolas têm por dever atender os estudantes sem discriminar, estabelecendo currículos, atividades e avaliações de aprendizagens para os alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais, pois isto imprime dificuldades na avaliação deles, que fogem do “convencional”, precisando de um olhar pedagógico que os auxiliem no processo formativo, buscando e aplicando práticas inclusivas reais ao ensino. Rodrigues e Santos (2024, p. 9)

Em suma, a educação inclusiva caminha lentamente para uma integração total nas instituições, existe um descompasso que se busca superar diariamente. Para se efetivar uma educação de qualidade, equidade e respeito, é vital investimento, nas estruturas, na formação profissional, no ambiente com recursos assistivos e a elaboração de uma visão que abranja a realidade educativa inclusiva, esses são passos fundamentais para subsidiar a formação justa e inclusiva para todos.

## **METODOLOGIA**

Para a elaboração deste trabalho, foi adotado um percurso metodológico com etapas a serem realizadas baseando-se na pesquisa bibliográfica, de forma a analisar escritos já existentes de forma sistemática sobre o tema em questão. A revisão bibliográfica se constitui procedimento fundamental, permitindo que o pesquisador conheça e compreenda o tema em questão, conforme cita Gil (1994, p. 69) permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de websites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Fonseca (2002, p. 32).

Esta pesquisa se qualifica como integrativa, que tem por objetivo sintetizar e analisar criticamente conhecimentos já existentes sobre determinada temática, como mencionado por Souza, Silva e Carvalho (2010, p.2) “A revisão integrativa, finalmente, é a mais ampla

abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado”. Deste modo através dessa abordagem é possível analisar criticamente os trabalhos selecionados, identificando e realizando uma síntese dos resultados dos estudos.

Para iniciar a pesquisa utilizou-se os conhecimentos e textos já formulados outrora para se anexarem ao trabalho. Após isto iniciaram-se as pesquisas por artigos, teses e dissertações. A pesquisa destes documentos foi realizada em duas plataformas, na Biblioteca Eletrônica Científica Online - SciELO e no Google Acadêmico. A constituição dos dados aconteceu no período dos anos de 2020 a 2024, por meio da utilização das palavras chaves: Deficiência Visual e Baixa Visão, o que afinou a pesquisa para maior abrangência dos trabalhos encontrados. Para o obter trabalhos bem próximos a temática foram filtrados selecionado nas áreas de Ciências e Humanidades, Educação, Ensino. Ao final de todas as etapas foram selecionados 5 (cinco) artigos dentro da temática escolhida.

Como mencionado, os artigos foram selecionados por meio de pesquisas conduzidas nas plataformas SciELO e Google Acadêmico. A coleta dos dados ocorreu no período de 20/08/2024 a 04/09/2024, selecionando os artigos que se enquadravam no tema deficiência visual, sendo excluídos os documentos que não abordavam ensino e práticas da educação inclusiva nas etapas de Fundamental I e II. Esse processo envolveu também o mapeamento de artigos científicos publicados em revistas classificadas conforme descrito no Quadro 01.

**Quadro 1 – Qualis das revistas dos artigos selecionados**

<b>Revistas</b>	<b>Classificação</b>
Ciência & Educação (Bauru)	A1
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	A2
Revista Exitus	A4
Revista observatório de la economia latinoamericana	A4
Revista Científica Multidisciplinar O Saber	B4

**Fonte:** Produzidos pelos autores com base na revisão, 2024.

Após a identificação e classificação das revistas, iniciou-se a exploração das temáticas abordadas nos documentos com a análise de conteúdos, que pode ser descrita como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos da descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis indefinidas) dessas mensagens. Bardin (2016, p.48).

Ao analisar os trabalhos selecionados, foi realizado uma categorização dos temas abordados nos mesmos, correlacionando seu título com as temáticas trabalhadas no corpo textual como apresenta o quadro 2.

**Quadro 2 – Título e temas**

<b>Título</b>	<b>Tema</b>
Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva.	Democratização, Permanência, Inclusão Escola Pública.
Interação entre Educação Especial e Ensino Regular: ações pedagógicas a estudantes cegos.	Legislações da pessoa com deficiência, Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado (AEE).
Estratégias de ensino-aprendizagem para alunos com deficiência visual.	Políticas públicas, Estratégias de ensino adaptadas, Tecnologias assistivas e Formação docente.
Inclusão Escolar De Estudante Com Baixa Visão: um estudo sobre as estratégias didáticas de duas professoras em Floriano-PI.	Práticas e estratégias no ensino de deficientes visuais.
Estratégias De Ensino Para Alfabetizar Estudantes Com Deficiência Visual	Estratégias de ensino na alfabetização de estudantes com deficiência visual.

**Fonte:** Produzidos pelos autores com base na revisão, 2024.

Para melhor compreensão acerca do conteúdo dos trabalhos selecionados, foi realizado uma categorização dos objetivos, referências e metodologias presentes nos artigos. Observou-se que todos os trabalhos mencionam base teóricas que se relacionam ou são iguais, eixos parecidos, abordando o contexto da educação inclusiva dos alunos com deficiência visual. No quadro 3 estão descritas as informações analisadas mencionando os artigos como A1, A2, A3, A4 e A5.

**Quadro 3 – Objetivos, Referências e metodologias.**

<b>Artigo</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Referência</b>
A1	Identificar as demandas formais e legais que existem para acesso e permanência nas escolas.	Pesquisa-Exploratória	ANACHE, A. A. (1994, 2013) BATISTA, C. P (2014) BRASIL (1961, 1962, 1988, 2000, 2003, 2004, 2005, 2009, 2011, 2012, 2015, 2017) COSTA, V. B.(2012)
A2	Ampliação de pesquisas e estudos sobre educação	Pesquisa qualitativa	ARAÚJO, I. M. S.; ALVES, L. L.; PINTO, F. R. M.;



	inclusiva no ensino regular.	descritiva-exploratória	BEZERRA, I. M. S. (2019) BAPTISTA, C. R. (2011) BRASIL (1996, 2003, 2008, 2009, 2012, 2015)
A3	Identificar práticas pedagógicas inclusivas que facilitassem o acesso ao conhecimento e a participação ativa desses alunos no ambiente educacional.	Revisão de literatura	BEZERRA, G. F (2020) DRAGO, R.; MANGA, V. P. B. B (2018) PLETSCH, M. D. (2009)
A4	Investigar as estratégias didáticas voltadas para a inclusão de uma aluna com baixa visão do ensino fundamental.	Abordagem qualitativa, descritiva-exploratória	BRASIL (1996, 2008, 2015) MANTOAN, M. T. E. (2003) OMOTE, S. <i>et al.</i> (2005) SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M. de.; SILVA, M. B. C (2007)
A5	Analisar e discutir diversas abordagens pedagógicas e o uso de tecnologias assistivas para facilitar o processo de aprendizagem desses alunos.	Revisão de literatura	GONÇALVES, J. C. S.; FERREIRA, H. M. (2010) MAMCASZ-VIGINHESKI, L. V.; RUTZ DA SILVA, S. C.; SHIMAZAKI, E. M.; MACIEL PINHEIRO, N. A. (2019) SANTOS, V. E.(2017)

**Fonte:** Produzidos pelos autores com base na revisão, 2024.

Ao verificar o conteúdo do Quadro 3, percebeu-se que os trabalhos abordam temáticas e construtos teóricos em dois pontos principais. Primeiro, discutem as legislações, diretrizes, leis e políticas existentes para o público em questão, conceituando-os e informando sobre seus conceitos e garantias. Em segundo lugar, abordam as práticas, metodologias e didáticas pedagógicas utilizadas em salas de aula regulares e de AEE, incluindo os recursos, TICs e materiais utilizados no ensino de alunos com deficiência visual. Seus objetivos evidenciam a importância do tema e o desejo de compreender as aplicações da educação inclusiva no cotidiano escolar.

## ANÁLISES E RESULTADOS

Neste segmento do trabalho serão abordados os principais achados dos cinco artigos selecionados, com foco nos aportes legais e no ensino e práticas pedagógicas relacionadas à inclusão de alunos deficientes visuais no sistema educacional. A análise resulta-se na reflexão

sobre a discrepância entre as legislações e a prática escolar, ressaltando a urgência de ações efetivas para garantir uma educação inclusiva de qualidade.

### **Aportes legais abordados nos textos**

O artigo denominado A1 destaca a importância dos aportes legais que asseguram a inclusão dos alunos deficientes visuais no sistema educacional. Trazendo uma contextualização histórica dos conceitos e realidade vivenciada como menciona Mosquera (2010) “ao longo do tempo, nas diversas regiões do mundo, as pessoas com deficiência tiveram diferentes papéis aos olhos da sociedade em que estavam inseridas”. O texto traz uma construção histórica dos aspectos legais, como as legislações nacionais e internacionais que fundamentam o direito à educação inclusiva. Como marco mundial temos a descrição da Declaração de Salamanca, na Espanha, em 1994, e no Brasil o marco principal foi através da Constituição Federal de 1988, art. 208 que estabelece dever do Estado na efetivação de medidas que garantem o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Foram apresentados no documento os seguintes aportes legais, Decreto nº 1.428, de 12 de setembro de 1854, Decreto 51.045, de 26 de julho de 1961, Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962, Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004, Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, Lei nº 11.982, de 16 de julho de 2009, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Os autores destacam que mesmo com os marcos legais voltados a inclusão escolar, a implementação caminha com passos lentos, apesar da existência das normativas, a execução perpassa por desafios que cercam o processo educativo das pessoas com deficiência visual.

O A2 já se inicia salientando que “a educação brasileira se sustenta por políticas e legislações BRASIL (1996, 2003, 2008), que deliberam sobre os aspectos legais, nos diferentes níveis e modalidades de ensino”. O trabalho destaca a necessidade da promoção de uma educação inclusiva de qualidade, citando também a necessidade de atendimento especializado descrito na Resolução n.4/2002, que descreve que o AEE deve ser “ofertado e

realizado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria escola ou em outra escola de ensino regular, em turno inverso à escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns”.

No A3 observa-se que os autores examinaram as políticas públicas e os marcos regulatórios que visam criar condições adequadas aos alunos inclusos. No trabalho destaca-se a evolução da legislação brasileira após a sanção da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em 2015, evidenciando que este marco legal, junto com a Política Nacional de Educação Especial, solidifica as bases para a promoção da inclusão, reconhecendo a educação como um direito fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária. O texto acrescenta importância das iniciativas legais e a necessidade de implantar as diretrizes inclusivas, sendo apresentada como ponto indispensável para transformar o ideal da educação inclusiva garantindo oportunidades educacionais para todos independentemente de suas limitações.

O trabalho A4 é resultante de um Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia que aborda brevemente as políticas da educação inclusiva. Discute-se historicamente a situação da deficiência visual no âmbito educacional brasileiro, mencionando que após percorrer esse longo caminho para chegarmos ao que conhecemos atualmente. É apresentada a Declaração de Salamanca de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva 2008 e a Lei Brasileira de Inclusão 2015.

O A5 não incluiu aportes legais em seu texto. O trabalho focou em mencionar e discutir as abordagens pedagógicas e o uso de tecnologias assistivas para facilitar o processo de aprendizagem, que será retratado na próxima seção.

### **Ensino para os alunos deficientes visuais: desafios e barreiras**

Os artigos escolhidos abordam principalmente as práticas pedagógicas com os alunos deficientes visuais, o que se relaciona com o eixo de pesquisa que norteou este trabalho. Abordaremos, então, o que foi percorrido nos cinco trabalhos selecionados.

A1 – O trabalho apresenta uma pesquisa realizada em escolas com o intuito de verificar a educação inclusiva nas mesmas. São abordadas as diferenças entre as escolas

exclusivas e inclusivas, afirmando que os dados obtidos das escolas confirmam que elas possuem alunos deficientes visuais inclusos. Assim, inicia-se a ênfase na necessidade de estratégias e na capacitação para o atendimento a esse público. Aborda-se a necessidade de uma mudança geral em toda a infraestrutura das instituições, possibilitando a adaptação, o incentivo e o reconhecimento do espaço físico em que o indivíduo está inserido. Ao final da realização da análise proposta pelo trabalho, foram identificados pontos a serem inseridos e melhorados, assim sendo, a necessidade de investimento e adaptações na estrutura física, que estava precária; inserção de salas de apoio/recursos equipadas com materiais assistivos, juntamente com materiais e recursos adaptados; a necessidade de criar estratégias para uma intervenção precoce com base no desenvolvimento e na capacitação da criança; e, por fim, garantir o atendimento AEE. O trabalho expressa a esperança de colaborar com o atendimento educacional ao deficiente visual, visando que a efetivação de ações educativas inclusivas seja propagada.

A2 – Este trabalho descreve as estratégias utilizadas para o ensino matemática e alfabetização dos deficientes visuais. Nele, encontram-se pontos cruciais para serem observados no ensino inclusivo. O foco do estudo foram os docentes e suas ações pedagógicas na educação especial e no ensino regular. Observou-se que as metodologias e estratégias mencionadas evidenciam a importância da capacitação de professores para a utilização dos recursos e tecnologias assistivas para o ensino matemático, enfatizando que essa é uma prática necessária para o processo de inclusão. O trabalho menciona que os profissionais enfrentam barreiras e desafios, sentindo-se despreparados para lecionar a alunos deficientes visuais; isso se intensifica com a ausência de um professor de apoio na sala de ensino regular. Ressalta-se que a formação é essencial na educação inclusiva; um profissional seguro pode interagir plenamente com seu aluno, garantindo o acesso ao conhecimento que necessita para desenvolver-se.

A3 – Observa-se que o artigo conceitua e revela a importância da educação inclusiva, evidenciando o acesso e o respeito à promoção do desenvolvimento integral do indivíduo. Descrevem-se, em seu corpo textual, pontos necessários do fazer educacional inclusivo. Esse fazer requer adaptações das metodologias, disponibilização de recursos didáticos, capacitação

de professores para atender às especificidades dos alunos e adaptação do ambiente. O trabalho expõe uma pesquisa abordando as principais temáticas da educação inclusiva; os termos principais revelam também suas necessidades. Após esse seguimento, afirma-se que a utilização das tecnologias assistivas e dos recursos adaptados, unida à formação docente, são imperativos para as práticas pedagógicas que favorecem o ensino inclusivo.

A4 – O trabalho em questão abordou o cotidiano de duas professoras com uma aluna com deficiência visual e notou-se que, novamente, se repete o que já foi descrito nos documentos anteriores sobre a precariedade do atendimento aos alunos inclusos. Deparamo-nos com ambos os profissionais que não possuem formação específica, apenas a formação necessária para atuar na educação básica; essa questão impacta o processo de ensino, no qual perpassam grandes barreiras. Também foi relatada a escassez de materiais adaptados para que a aluna conseguisse compreender o conteúdo, outro ponto crucial para atividades específicas que atendam às necessidades. Ao tratar das práticas, observou-se que não existe acesso a materiais, tecnologias ou recursos adaptados, o que influencia, já que as professoras se sentem despreparadas. Dessa forma, o texto reforça que, para que haja inclusão efetiva, é preciso o envolvimento de toda a comunidade escolar, além da disponibilização dos recursos necessários para a possibilidade de oferta de conhecimento, bem como a formação para o melhor preparo profissional.

A5 – O quinto artigo menciona mais detalhadamente os desafios que cercam a alfabetização dos alunos deficientes visuais, já que esse processo impõe desafios tanto ao aluno quanto ao educador. Com uma breve contextualização, o texto menciona que os alunos enfrentam barreiras agravadas pela escassez de recursos que atendam às necessidades específicas para sua formação. Cita-se que, para romper essas barreiras, é importante um material adaptado, junto a um ambiente adaptado, tornando-o um ambiente de aprendizagem. Quando ocorre a adaptação, é gerado acesso ao conhecimento, que pode ser mediado pelo uso do Braille, softwares educacionais e atividades em relevo. Isso permite acesso à literatura e à matemática, facilitando a compreensão de conceitos complexos. É descrito também que as práticas precisam de uma abordagem pedagógica inclusiva e adaptável, com avaliações adotadas. Para as práticas inclusivas, é necessária inovação e continuidade na busca do

conhecimento; observa-se que a união do ensino adaptado, da formação de bases, dos recursos e do ambiente acessível fará com que a educação inclusiva favoreça oportunidades de construção com equidade.

De modo geral observa-se que em todos os documentos muitos desafios são levantados, isso percorre da discrepância entre o que está previsto nas legislações e o que, de fato é praticado nas escolas, a execução lenta das normativas impedem os avanços que a educação necessita para se fazer inclusiva. Assim, reflete-se nas escolas, com precariedade das infraestruturas, a falta de capacitação, que são barreiras recorrentes, isso é um reflexo das falhas das políticas públicas.

Essa lacuna se estende quando notamos que os educadores se sentem despreparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos, a ausência de profissionais preparados, e de apoio nas salas regulares agravam o sentimento de despreparo dos docentes, o que compromete diretamente a qualidade do ensino. No contexto de sala de aula, um profissional com toda sua excelência não conseguirá dar o suporte necessário ao aluno atípico na sala regular se estiver sozinho, os procedimentos do ensino precisam atender às crianças, e o suporte para o educador é um ponto crucial nesse desenvolver.

Além do destaque que os textos mencionam que a inclusão não pode ser vista somente como um cumprimento de normas, mas sim, como uma prática que exige adaptações nas metodologias, currículos, no ambiente, no acesso aos recursos adaptados, materiais que favoreçam a autonomia dos alunos, mostrando que a inclusão será feita se houver contínua busca de conhecimento e luta pelos direitos.

Portanto, ainda se faz urgente buscar meios que favoreçam a educação, evidenciando a sua realidade, lutando por políticas públicas que garantam aplicação prática, isso se faz através da notoriedade dada pelas pesquisas científicas, e do conjunto dos esforços da comunidade escolar.

## **REFLEXÕES FINAIS**

Por meio dos estudos realizados averiguou-se a importância de dar continuidade a temática da educação inclusiva. Esta é uma área que necessita de importantes mudanças e

investimentos. A inclusão tem como um de seus objetivos adaptar o sistema e o ambiente escolar às necessidades de seus discentes, ultrapassando as barreiras do que é considerado diferente do cotidiano. Educar de maneira inclusiva é permitir que o público deficiente visual alcance autonomia, sendo os professores peças-chave no processo que deve ser regado de incentivo e respeito.

Por meio dos conteúdos, vemos o avanço e a proporção da temática, desde os aportes legais que garantem os direitos dos estudantes, como o discurso de democratização do acesso e da permanência na educação, mas ressalta-se o descompasso entre o que é garantido e o que é, de fato, suprido aos indivíduos. Percebeu-se que o processo de ensino e de aprendizagem do aluno com deficiência visual passa por vários fatores significativos que impactam seu ensino. Muitas dessas barreiras estão presentes pelo fato de uma visão que abrace a educação inclusiva da forma correta que ela deve ser ofertada. A escassez de investimentos faz sua evolução ser lenta, contando principalmente com a força de vontade dos profissionais que arduamente se esforçam para que seus alunos construam conhecimento.

Cita-se que a falta de formação, tão mencionada ao longo dos artigos selecionados, nos mostra a preocupante situação em que as escolas brasileiras se encontram. Os professores atuantes, seja em salas regulares ou em AEE, necessitam de uma formação específica para agir com abordagens integradas e interdisciplinares que efetivem o ensino, auxiliando também na construção do indivíduo como um todo. Os estudos evidenciam que a educação inclusiva deve ser abordada, discutida e planejada fora da bolha típica. É necessário repensar o ensino inclusivo, a forma como são avaliados, como se dão as práticas e o que pode ser implementado didaticamente para modificar a vida do estudante. Acredita-se que os recursos assistivos e adaptados fazem esse papel, impactando a criança que descobre um novo mundo, um novo jeito de aprender ao ouvir, ao tocar e ao sentir, mostrando que ainda existe uma possibilidade de conhecer, aprender e também contribuir no ambiente em que está inserido.

Portanto, por meio dos textos revela-se que, para a concretização de uma educação inclusiva eficaz, é essencial não só a existência das legislações, mas também o conhecimento e a propagação delas, a sua aplicação no cotidiano escolar, o investimento em um ambiente inclusivo, acessível e preparado, que promova equidade, com o esforço conjunto da

comunidade escolar. Além disso, reforçam a necessidade de formação contínua dos educadores para que compreendam e promovam estratégias e práticas que criem a oportunidade dos alunos desenvolverem seu potencial total.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**, Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 5.692/71.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Portaria nº 3.128**, de 24 de dezembro de 2008. Ministério da Saúde. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128\\_24\\_12\\_2008](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008). Acesso em: 10 de ago. de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015a. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Regulamenta a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei Nº 13.146/2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): promulgada em 6 de julho de 2015/ obra coletiva de autoria do Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, PCDLegal.- Vitória: Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, 2016. 60p.; 21x28 em. (Projeto PCDLegal).

BEZERRA, G. F. A. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 26, n. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0184>. Acessado em 04 de set de 2024.

DELORS, Jacques (coord.). **Educação: um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução de José Carlos



---

Eufrázio. São Paulo: Cortez Editora. Brasília: Unesco, 1998. Disponível:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5938745/mod\\_resource/content/4/2012%20educ\\_tesouro\\_descobrir\\_Delors.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5938745/mod_resource/content/4/2012%20educ_tesouro_descobrir_Delors.pdf). Acessado em 21 de out de 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

LEMOS, Cátia de. **A Implementação da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (2014/2024) em 18 Planos Municipais de Educação no Estado do Amazonas**. 2019. 220 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Traduzido Windyz Brazão Ferreira. Editora Artmed: Porto Alegre, 2003.

MOSQUERA, C. F. F. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba: Ibepex, 2010.

RODRIGUES, M. D.; SANTOS, J. P. C. (2024). **Educação e inclusão: os desafios da docência em escolas municipais no sul do Amazonas**. CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, 17(7), e8052. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.7-039>. Acesso em: 03 set 2024.

SOUZA, MT. SILVA, MD. CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é como fazer**. einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6. Disponível em: chrome extension://efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 09 out. 2024.